

ALFONSO VI: O SONHO IMPERIAL E A EUROPEIZAÇÃO DO REINO DE LEÃO E CASTELA

Renata Vereza

“Militar e politicamente, a tomada da cidade de Toledo, em 1085, representou uma grande vitória para Alfonso VI, rei de Leão e Castela. Também foi fundamental para demonstrar as verdadeiras intenções deste monarca tanto em relação a al-Andaluz, quanto em relação aos outros reinos cristãos. Em um momento em que os reinos ibéricos do Norte já haviam se consolidado minimamente e já começam a dar sinais de suas políticas de expansão, a conquista de Toledo, não só por ser um reino forte e rico e com posição geográfica privilegiada, significava um trunfo político que podia ser estrategicamente explorado. A conquista da antiga capital visigótica permitiu que Alfonso afirmasse certa prerrogativa frente a seus colegas cristãos, que bem aceita ou não, serviu de justificativa ideológica a sua política expansionista.

Os títulos utilizados por Alfonso já na sua coroação em Santiago de Compostela, em 1072, *principis et rex hispaniae*, indicam suas pretensões de expansão e sobre os outros reinos peninsulares. Ao colocar em seu título a alusão a Hispania, isto é, a todo território peninsular, demonstrava o tipo de primazia que pretendia ter sobre os outros reis. Em 1078, alguns diplomas aparecem já com o título de *imperator totius hispaniae*, transformando a suspeita em certeza e deixando patentes seus desejos políticos.

A ideia de império que se desenvolve neste momento se relaciona com o poder político e de influência sob outros reinos e não exatamente com o domínio direto de uma extensão territorial. A tomada de Toledo e a apropriação da herança visigótica contribuíram, ideologicamente, para a apresentação deste projeto que, mesmo não tendo se concretizado, foi utilizado por alguns reis, e por Alfonso em especial, como forma de pressão política.

Em todo este processo, o apoio do pontífice romano foi sumamente importante e marcou o ponto de início do projeto de europeização dos reinos ibéricos ocidentais. Em troca de apoio, Alfonso VI concordou com a reforma da Igreja ibérica, ainda sob o rito visigótico. Os papas, que neste momento lutavam pela reorganização da Igreja e pela afirmação de seu próprio poder frente aos poderes laicos, em um processo que ficou conhecido como Reforma Gregoriana, viram nos projetos de expansão dos reis peninsulares e na incipiente organização da Igreja local possibilidades promissoras de ampliação do poder da Igreja Romana e da Cristandade.

Por seu turno, o monarca castelhano-Leonês percebe que sua aproximação com o Papado e com os reinos além-Pirineus reforçaria sua posição e ajudaria em seus projetos de expansão. Inteligentemente incentivou a conversão da pequena afluência ao santuário de Santiago de Compostela em uma rede de intercâmbio cultural e comercial com toda a Europa que, além de possibilitar o desenvolvimento econômico das regiões abrangidas pela rota de peregrinação, impulsionou seu programa de europeização do reino.

Fernando I já havia iniciado os contatos com o Papado e com a ordem religiosa de Cluny, organização de poder excepcional neste momento, mas foi Alfonso quem selou esta aproximação com a sua política de casamentos e com a adoção definitiva do rito romano. Em 1079, casa-se, em segundas núpcias, com a francesa Constância, sobrinha do Abade de Cluny, Hugo de Semur. Antes já havia se casado com Agnes de Aquitânia, também francesa e parente de Constância. Esta, obviamente influenciada por seu tio, imbuída da tarefa de dilatar a reforma, pede a Hugo que envie monges para o

VEREZA, Renata. ALFONSO VI: O SONHO IMPERIAL E A EUROPEIZAÇÃO DO REINO DE LEÃO E CASTELA. *Cultura Política*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: <https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais>.

<https://sacralidadesmedievais.com/>



monastério de Sahagún para que se inicie a implementação do rito romano na Península. Esta implantação não foi feita sem resistências, principalmente do clero moçárabe, mas a proximidade entre a monarquia e o Papado levou à determinação do Concílio de Burgos, realizado em 1080, de adoção definitiva e obrigatória na Igreja do reino de Leão e Castela do rito romano.

A política matrimonial de união das famílias reais ibéricas com linhagens aristocráticas além-Pirineus prosseguiu com os descendentes de Alfonso VI, e a proximidade com o Papado e com a ordem de Cluny possibilitou um grande afluxo de cavaleiros franceses, enxertados no processo de Reconquista, e de religiosos que ocuparam vários dos postos chave na hierarquia da Igreja no reino. Aberto o primeiro canal de contato, seguiu-se a chegada de outros estrangeiros, franceses em sua maioria, com interesses comerciais que se instalaram nas cidades já reconquistadas.

A política expansionista e agressiva dos reinos cristãos ibéricos já era bastante patente no final do século XI e a proximidade com o resto da Europa comprometeu esta com o processo de Reconquista, dando ao conflito matizes mais religiosos do que havia tido até então.

Para saber mais

ESTEPA DÍAZ, C. (org). Alfonso VI y su legado. León: Diputación de León, 2012.

MIRANDA CALVO, José. La reconquista de Toledo por Alfonso VI. Toledo: Instituto de Estudios Visigóticos-moçárabes de San Eugenio, 1980.

REILLY, B. Alfonso VI. Conqueror, Politician, Europeanizer, in: Estudios sobre Alfonso VI y la reconquista de Toledo. Toledo: Instituto de Estudios Visigótico-Mozárabes, 1988, p. 13-30.

VEREZA, Renata. ALFONSO VI: O SONHO IMPERIAL E A EUROPEIZAÇÃO DO REINO DE LEÃO E CASTELA. *Cultura Política*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: <https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais>.

<https://sacralidadesmedievais.com/>